

## INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NA DOCUMENTAÇÃO OFICIAL BRASILEIRA: ENTRE SUGESTÕES, DETERMINAÇÕES E LIMITAÇÕES

Tamar Antunes de Almeida<sup>1</sup>

### RESUMO

Este estudo faz a análise da documentação oficial do Ministério da Educação (MEC) que trata da Educação Infantil, tendo como foco o espaço escolar. Tendo em vista o reconhecimento da Educação Infantil como etapa da Educação Básica e a inserção cada vez maior de crianças nesta etapa da Educação, é preciso conhecer quais são as diretrizes para a organização e construção de instituições que as atendem. O objetivo é analisar quais são as políticas públicas, o que dizem e em que medida contribuem para a construção/organização de espaços adequados para a Educação Infantil. Para atender às intenções da pesquisa, a abordagem adotada neste trabalho é de natureza qualitativa do tipo análise documental. A pesquisa ampara-se na ideia de espaço escolar como um elemento que articula e inter-relaciona outros tantos aspectos objetivos e subjetivos no contexto escolar. A análise dos dados contribuiu para ampliar a relação dos estudos sobre o espaço escolar e ver a necessidade de repensar estes espaços. Tendo em vista o que preconiza a lei, foi possível perceber que o próprio MEC admite que ainda existem instituições distantes dos padrões mínimos de infraestrutura.

**Palavras-chave:** educação infantil; infraestrutura; documentos oficiais.

### ABSTRACT

This study is the analysis of official documents from the Ministry of Education (MEC) which deals with the Childhood Education, focusing on the school space. In view of Childhood Education being recognised as stage of Basic Education and the increasing integration of children in this stage of education we need to know what are the guidelines for organizing and building institutions that attend them. The objective is to analyze what are the public policies, what they say, and to which extent they contribute to building / organizing of suitable spaces for Early Childhood Education. To meet the intent of the research, the approach adopted in this work is a qualitative type of document analysis. The research is supported by the idea of the school as an element that articulates and interrelates many other objective and subjective aspects in the school context. The data analysis has contributed to expand the list of studies on the school environment and to see the necessity of rethinking these spaces. In view of what the law preconizes, it was possible to perceive that the MEC himself admits that there are still distant institutions of minimum infrastructure standards.

**Keywords:** childhood education; infrastructure; official documents

### INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação básica, tem sido reconhecida como uma etapa importante da trajetória educacional. Tal etapa possui suas especificidades que incluem além do educar, o cuidar e o brincar como eixos

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela UEFS; Especialista em Educação Infantil pelo CEPPEV/ FVC; Professora da Rede Municipal de Salvador. almeida.tamar@gmail.com

norteadores. Diversos estudos têm se debruçado sobre a Educação Infantil, destrinchando a importância do brincar, as questões de gênero, formação das professoras, entre outras questões. Mas poucos estudos tratam dos espaços que recebem essas crianças no que diz respeito ao aparato estrutural, a infraestrutura física das escolas e a organização do espaço.

A preocupação no que concerne aos espaços destinados às crianças decorre da importância que os mesmos adquirem à medida que são compreendidos como parte do currículo e que, desta forma, tanto podem favorecer quanto limitar as aprendizagens, dependendo do modo como são organizados e ainda a qualidade das construções que também influenciam na aprendizagem (HORN, 2004; RIBEIRO, 2004; GUIMARAES, [s.d.]; GONÇALVES, 1999; FRISON, 2008). Essas questões indicam a função pedagógica do espaço e a necessidade de pensá-los e estruturá-los, já que interferem diretamente no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Pensar os espaços nessa perspectiva remete à assunção de que eles “deverão ser desafiadores e acolhedores, pois, conseqüentemente, proporcionarão interações entre as crianças e delas com os adultos” (HORN, 2004). Desta forma, o espaço se configura como elemento do processo pedagógico. Apesar da reconhecida importância, o espaço escolar é uma questão pouco visitada nos estudos acadêmicos, principalmente quando diz respeito à relação entre arquitetura e educação.

Farei uso neste momento da primeira pessoa para expor meu interesse pessoal no tema: durante os estágios da graduação, fiquei tão incomodada com a (falta de) qualidade dos espaços físicos escolares, que me inseri num grupo de estudos e, como aluna de Iniciação Científica, comecei a aprofundar meus estudos sobre o tema. Nessa primeira pesquisa, analisei as turmas de primeiro ano do ensino fundamental de nove anos que iriam receber ou já estavam recebendo as crianças que antes faziam parte da Educação Infantil. Os resultados, talvez como esperado, não foram bons: a maioria das instituições se encontravam fora dos padrões e algumas até com condições de insalubridade preocupantes. Continuei, então, interessada pela temática e ao adentrar a rede municipal de Salvador, em turma de Educação Infantil – creche – me vi, mais uma vez, diante de um espaço

pedagogicamente inadequado e até mesmo perigoso para as crianças pequenas. Tenho buscado, portanto, cada dia mais estudos que deem subsídios para a minha prática, buscando vencer as limitações do espaço e buscando meios de exigir das instâncias governamentais o respeito aos direitos das crianças.

Tendo em vista as questões elencadas acima, o objetivo do presente trabalho é analisar quais são as políticas públicas, o que dizem e em que medida contribuem para a construção/organização de espaços adequados para a Educação Infantil. Para atender as intenções da pesquisa, a abordagem adotada neste trabalho é de natureza qualitativa do tipo análise documental. Esta, de acordo com Ludke e André (1986), é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois tanto complementa informações conseguidas por outras técnicas, quanto desvela aspectos novos de um tema ou problema. Buscou-se no site do MEC, onde estão as publicações oficiais, todas as publicações que versam sobre a Educação Infantil para poder triar quais delas falam da infraestrutura tanto no aspecto da salubridade e conforto, quanto do aspecto pedagógico do espaço escolar. Em seguida, fez-se a leitura e análise desses documentos impressos, descrevendo e discutindo o conteúdo de tais documentos, identificando a concepção de espaço presente neles, as proximidades e distanciamentos com os estudos atuais que tratam do tema.

Vale ressaltar que o estudo bibliográfico permeou toda pesquisa e serviu de fundamentação para a análise dos dados coletados. O caminho trilhado nesse artigo segue a ordem na qual foram lançados os documentos, e a fundamentação teórica aparecerá na medida em que forem analisados os documentos e/ou trazidos conceitos que precisem ser discutidos mais especificamente.

Como já exposto, apesar da já reconhecida relevância, as questões relacionadas à organização do espaço escolar e da infraestrutura das escolas ainda são pouco estudadas. Portanto, se está diante de uma lacuna no que se refere a estudos que deem subsídios e contribuam para a análise e reformulação dos espaços escolares, que já recebem ou irão receber as crianças de 0 a 5 anos, pautando-se na perspectiva do espaço para além da estrutura física. A pesquisa proposta certamente trará contribuições no que se refere a agrupar e ampliar os estudos relacionais ao espaço escolar/infraestrutura escolar, assim como ainda

poderá contribuir para o campo das políticas públicas de educação e produzir subsídios para análise das ações governamentais.

## DESENVOLVIMENTO

Antes de analisar os documentos mais específicos voltados para a infraestrutura da Educação Infantil, é necessário destacar o local que esta etapa da Educação ocupa. Em 1996, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), Lei 9394/2006, estabeleceu a Educação Infantil como etapa da Educação Básica, reconhecendo, assim, a sua relevância no percurso educacional. Esse foi um passo significativo para a revitalização da Educação Infantil como instância educativa e não apenas assistencialista, apesar de, naquele momento, a Educação Infantil ainda não possuir matrícula obrigatória.

Em 1998, o MEC publicou os *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil* (BRASIL, 1998a) com o objetivo de determinar padrões mínimos para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e orientar o funcionamento dos sistemas de ensino. O documento discute, dentre outras questões, a importância da organização dos ambientes para o desenvolvimento das crianças. Num artigo deste documento sobre a estrutura e funcionamento das instituições de Educação Infantil, Oliveira (1998) coloca que:

O espaço físico da instituição, o tamanho e arranjo espacial de suas salas são fatores que favorecem maior ou menor oportunidades para interações, sendo a organização do espaço um exemplo vivo da proposta pedagógica concebida pelos professores. Deve haver a presença de espaços físicos variados [...]. Neles é necessário a observância de exigências técnicas quanto ao tamanho, ventilação, som e iluminação dos aposentos. (p.91)

Como se pode observar, esse primeiro documento já aponta o aspecto pedagógico do espaço e a importância dos aspectos arquitetônicos/estruturais.

Ainda no mesmo ano, em 1998, o MEC lançou a primeira sistematização curricular para Educação Infantil: os *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (RCNEI) (BRASIL, 1998b). No que diz respeito à infraestrutura, o documento ressalta que o espaço físico deve ser arrumado de acordo com as

necessidades e especificidades das crianças, levando em consideração a cultura da infância e o conjunto de projetos e atividades a serem desenvolvidos junto com os seus professores. No entanto, o documento não possui cunho normativo. Ou seja, não é obrigatório, pois nenhuma instituição ou sistema de ensino deve ser subordinado ao RCNEI a não ser que opte por fazê-lo. Esse fato dificulta a concretização do que propõe o documento, pois sem a obrigatoriedade, a rede pública de ensino, em especial, fica subordinada aos planos de seus governantes, que podem não ter como prioridade essa questão do espaço. No ano seguinte, foram publicadas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 1999), as quais estabelecem que o uso do espaço físico deve estar diretamente ligado às propostas pedagógicas.

De modo semelhante, as *Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 2000) tratam dos espaços físicos e recursos materiais para a Educação Infantil e, de novo, da coerência com as propostas pedagógicas e normas de legislação vigentes referentes à localização, segurança, meio ambiente, acesso, etc., trazendo orientações mais específicas.

Em 2001, o governo aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001), Lei 10.172/2001, que possui diagnóstico, objetivos e metas para todas as etapas e segmentos da Educação, tendo como diretrizes erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade da Educação, dentre outras. No que diz respeito à Educação Infantil, o plano direciona 3 metas relacionadas à infraestrutura para esse segmento. Em uma de suas passagens o PNE (BRASIL, 2001) propõe:

2. Elaborar, no prazo de um ano, padrões mínimos de infra-estrutura para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- f) adequação às características das crianças especiais.\*\*

3. A partir do segundo ano deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições de educação infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infra-estrutura definidos no item anterior.
4. Adaptar os prédios de educação infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conformes aos padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos. (BRASIL, 2001,). [grifos meus]

Desta forma, se nota o avanço e concretização de uma dessas metas na confecção e publicação dos *Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil* (BRASIL, 2006), que serão analisados mais a frente neste artigo. Cabe ressaltar que houve uma versão preliminar publicada em 2004. As outras duas metas dizem respeito à construção e funcionamentos que deveriam depender de atender a esses padrões mínimos de infraestrutura, determinando inclusive o prazo – 5 anos – no qual as instituições deveriam estar adequadas a essas normas. No entanto, basta visitar algumas instituições, especialmente da rede pública, ou assistir reportagens televisivas para ver o quão distantes elas estão desta meta. A ausência de fiscalização e, possivelmente, uma gestão ineficiente na execução da política orçamentária específica impossibilitaram o cumprimento dessa meta, expondo muitas crianças a condições insalubres em suas escolas. Como bem aponta Gonçalves (1999, p.48), são “escassos os programas de governo que articulam as políticas de educação com a organização dos espaços físicos escolares”. Por outro lado, podemos ver que o documento reforça o viés pedagógico do espaço ao determinar que os ambientes devem estar em consonância com as diretrizes da Educação Infantil.

Tendo em vista as determinações do PNE, é necessário analisar o documento que foi originado dele: Os *Parâmetros Básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil* (BRASIL, 2006). No que se refere ao conteúdo, é apresentado no documento um histórico da Educação Infantil no Brasil e, após essa parte introdutória, o documento atribui ações/sugestões/objetivos aos dirigentes municipais de educação, à equipe multidisciplinar, aos arquitetos, aos engenheiros, aos gestores e aos demais profissionais que atuam na Educação Infantil no proceder com o projeto da edificação escolar. O principal foco do projeto deve ser a inclusão das crianças no ambiente escolar com vistas à promoção da segurança e da

autonomia dos educandos, reconhecendo a criança como sujeito do processo educacional e principal usuário da escola.

Os *Parâmetros* defendem “que ambientes variados podem favorecer diferentes tipos de interações e que o professor tem papel importante como organizador dos espaços onde ocorre o processo educacional” (BRASIL, 2006, p.8). Define-se aí a função do espaço enquanto estimulador da socialização e a indicação do professor como o profissional apto a organizar esses espaços da maneira mais adequada. É importante também o destaque dado ao papel dos profissionais de educação no sentido de auxiliarem arquitetos e engenheiros no processo de concepção dos espaços escolares. Dentre os objetivos estabelecidos nos parâmetros, destaca-se o fato do projeto buscar:

[...] a adequação dos ambientes internos e externos (arranjo espacial, volumetria, materiais, cores e texturas) com as práticas pedagógicas, a cultura, o desenvolvimento infantil e a acessibilidade universal, envolvendo o conceito de ambientes inclusivos. (BRASIL, 2006, p. 21).

Posturas como essa vão evidenciando no documento o estabelecimento de relações entre a organização espacial da escola e as suas necessidades pedagógicas, superando, portanto, uma visão mecânica sobre o espaço escolar. É o caso, por exemplo, das incursões acerca das etapas de elaboração do projeto arquitetônico das escolas, destacando a necessidade da interdisciplinaridade para evitar erros e decisões tomadas isoladamente, bem como a aparição dos conceitos de sustentabilidade e acessibilidade universal, com ênfase no desenvolvimento das crianças.

Cabe aqui apresentar parte dos estudos de Horn (2004), que ressalta que o espaço deve ser planejado – pelo professor – de modo a avaliar quais atividades são essenciais para cada faixa etária, adequando a disposição dos móveis e dos objetos que contribuirão para o desenvolvimento integral das crianças (HORN, 2004). Embora o documento destaque a importância do ambiente como instrumento pedagógico, ele não aprofunda quais e como devem estar estruturadas essas relações entre o espaço físico e a proposta pedagógica da instituição, deixando a cargo dos educadores da instituição estabelecer esse elo.

Em 2007 foram publicados dois documentos diretamente relacionados. O primeiro deles foi o Decreto Nº 6.094 (BRASIL, 2007a) que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que tinha como objetivo mobilizar a sociedade pela melhoria da qualidade da Educação Básica buscando para essa tarefa tanto envolver a comunidade como as instancias governamentais. No que se refere à infraestrutura o decreto traz como uma de suas metas “XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;”(BRASIL,2007a).

Tendo como objetivo colaborar para a execução desta e das outras metas estabelecidas no Plano de Metas foi sancionada a Resolução/ CD/ FNDE /n.º 029/2007(BRASIL, 2007b) que estabeleceu “os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação”. Essa resolução apresenta o Plano de Ações Articuladas que inclui diversos eixos da Educação: gestão educacional; formação de professores e de profissionais de serviços e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Através do PAR pode-se usufruir de recursos para efetivar as metas, mas para tanto os municípios devem enviar seus planos seguindo as orientações da referida resolução. Caberiam aqui ainda muitos comentários sobre o PAR, mas far-se-ia necessário um novo artigo para ampliar essa análise. No presente artigo cabe citar os itens referentes à infraestrutura (BRASIL, 2007b):

<b>Eixo</b>	<b>Linhas de ação</b>	<b>Itens passíveis de assistência financeira</b>
Infra - Estrutura Física e Recursos Pedagógicos	Reestruturação da rede física	Apoio a construções, recuperações, ampliações, adaptações e adequações de prédios escolares.
	Recursos Pedagógicos para desenvolvimento de práticas pedagógicas.	Apoio técnico e financeiro para aquisição de novas tecnologias educacionais.

Percebe-se nesse documento a preocupação não só com a reestruturação das instituições, mas com a aquisição de recursos pedagógicos que auxiliam a prática pedagógica, compreendemos então que os materiais pedagógicos compõe a

qualidade do espaço escolar, ideia que está de acordo com os estudos recentes sobre a infraestrutura escolar.

No ano de 2009 as diretrizes curriculares foram reestruturadas e culminaram nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (BRASIL, 2009) que propõem fundamentos norteadores das propostas pedagógicas para as instituições de Educação Infantil firmados em 3 princípios; são eles: o ético, o político e o estético. O eixo de trabalho pedagógico com as crianças deve ser as múltiplas formas de diálogo e interação. As práticas devem promover situações que favoreçam o desenvolvimento, a expressão, a convivência e aprendizagem, num ambiente prazeroso e lúdico. A diretriz determina ou sugere que as instituições de Educação infantil devem pensar e organizar seus tempos, espaços e materiais de modo a assegurar, entre outros aspectos:

- ✓ Os deslocamentos e os movimentos amplos das crianças nos espaços internos e externos às salas de referência das turmas e à instituição;
- ✓ A acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação; (BRASIL, 2009, p.20).

Aspectos esses relacionados diretamente com os padrões de infraestrutura, pois, para além do trabalho do professor, está a existência e qualidade de espaços que permitam a movimentação ampla e segura das crianças para explorarem suas capacidades e a adaptação das instituições para que se tornem acessíveis às crianças com deficiência e, deste modo, as mesmas possam desenvolver sua autonomia. Para Guimarães (2006) é preciso pensar um espaço e um educador que deem apoio aos movimentos das crianças, que incentivem sua autoria e autonomia e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

Em 2011, deveria ter sido sancionado um novo Plano Nacional de Educação, no entanto, a Lei tramitou no congresso até ser aprovada em junho de 2014, aguardando a aprovação. A versão do documento que se encontra no site do MEC é mais concisa que o plano anterior e traz, na meta que diz respeito à ampliação do atendimento na Educação Infantil, duas estratégias relacionadas à infraestrutura, a saber:

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes; (BRASIL, 2014) [grifos meus]

Como se pode ver, o PNE (BRASIL, 2014) aponta a importância da infraestrutura para garantir o acesso e a qualidade da Educação Infantil. Percebe-se ainda que o mesmo está atrelado também ao PAR (BRASIL, 2007b) que indicou a necessidade de reestruturação física das instituições e de aquisição de recursos necessários à prática pedagógica.

É possível identificar dois desdobramentos advindos deste novo PNE. O primeiro foi o documento *Brinquedos e Brincadeiras nas creches – manual de orientação pedagógica* (BRASIL, 2012), que se dedica exclusivamente às crianças pequenas que estão na Educação Infantil. O segundo desdobramento veio em forma de lei para garantir a meta: em 2013, a LDB (BRASIL, 1996) sofreu uma alteração através da Lei 12.796/2013 (BRASIL, 2013) na qual ficou estabelecida a matrícula obrigatória a partir dos 4 anos de idade: “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos 4 anos de idade”. Tal medida visa ampliar o número de crianças na Educação Infantil, o que nos traz ainda mais preocupação quanto aos espaços que irão recebê-las. O mais recente documento voltado para a Educação Infantil traz diretrizes bastante fundamentadas e objetivas de como pôr em prática essa questão da organização do espaço escolar.

A publicação *Brinquedos e Brincadeiras nas creches – manual de orientação pedagógica* (BRASIL, 2012) é um documento que traz orientações para os profissionais da educação no que diz respeito aos brinquedos e às brincadeiras na Educação Infantil. O documento está de acordo com os estudos sobre as brincadeiras e a importância de um espaço que permita essa atividade indispensável para o desenvolvimento infantil. Horn (2004, p.19) coloca que “é fundamental a criança ter um espaço povoado de objetos com os quais possa criar, imaginar, construir e, em especial, um espaço para brincar”. É, portanto, indispensável que a

sala de aula seja organizada visando resguardar um espaço para as brincadeiras. Desta forma, se pode concluir que o espaço não é neutro e que ele interfere de maneira significativa nas aprendizagens infantis; cabe então ao educador organizar o espaço de modo a desafiar os alunos a avançarem em novas vivências, saberes e aprendizagens.

Voltando ao documento, este é dividido em cinco módulos, traz reflexões sobre o brincar nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), sugestões de brinquedos, brincadeiras e materiais para crianças de 0 a 4 anos e ainda os critérios de compra e uso dos brinquedos e materiais. Aqui, se discutirá sobre o módulo IV “Organização do espaço físico, dos brinquedos, e materiais para bebês e crianças pequenas”, que descreve como deveriam ser os espaços para as crianças de creche, levando em conta as divisões entre os espaços da instituição, seu mobiliário e materiais. O documento inclui também considerações sobre a área externa e o parque. O documento traz sugestões e espera que dessa maneira a equipe de cada creche possam recriar seus espaços para (re)organizar os brinquedos e materiais disponíveis para as crianças (BRASIL, 2012).

É interessante que neste documento, na primeira vez em que aparece o termo ambiente educativo, conceito importante na hora de pensar a relação entre o espaço físico e o fazer pedagógico, o documento diz que:

Para que as sugestões desse manual sejam, de fato, uma colaboração à proposta curricular da instituição, faz-se necessário que o espaço e os materiais dialoguem com o currículo definido, que se ajustem às concepções que se tem de criança e da forma como se pretende educá-la. O conjunto desses fatores constitui o que se denomina ambiente educativo. Antes de se pensar nos brinquedos e materiais, é preciso indagar qual é a proposta curricular da creche. (Brasil, 2012, p.12). [grifo meu]

O ambiente educativo está diretamente relacionado à proposta curricular da instituição. Frison (2008), em seus estudos sobre o espaço escolar, apresenta o conceito de Zalbalza, que diferencia o espaço físico de ambiente educativo. Neste marco, o termo *espaço* diz respeito ao aparato material – espaço disponível, objetos, mobiliário e decoração –, enquanto o termo *ambiente educativo* refere-se às atividades pedagógicas realizadas naquele espaço (FRISON, 2008). Ou seja, o espaço físico só se torna *ambiente educativo* de acordo com o uso que é feito dele, com as ações que são realizadas.

Desta forma, pode-se justificar a importância da proposta pedagógica e o uso do espaço, que deve estar inserido nessa proposta que indicará de que modo o professor deve agir para utilizar (ou não) o espaço e proporcionar aprendizagens e vivências aos seus alunos. O espaço por si, repleto de materiais, só se torna repleto de possibilidades para as crianças/alunos quando compreendido pelo professor e também pela escola como apoio e estímulo de aprendizagens.

O documento lista uma série ampla de brinquedos e materiais que contribui para o desenvolvimento das crianças, para estimular a criatividade, as brincadeiras, o faz de conta e a relação com outras crianças e com os adultos. Ele caracteriza também como deveria ser a sala de aula, com divisões entre os espaços de brincar, descansar e de higiene, com mobiliário adequado às crianças e que sejam de fácil locomoção para que o professor, junto com as crianças, possa reorganizar o espaço de acordo com as atividades e brincadeiras a serem desenvolvidas no dia.

O documento traz também o detalhamento da área externa, que, além do parque, deveria conter jardins, áreas de plantio e pisos com diferentes texturas para as crianças explorarem. A importância desses espaços é reiterada através das palavras de Frison (2008, p. 172) quando assinala que “o espaço físico externo da sala de aula também requer ser pensado, pois nele a criança amplia seus conhecimentos ao enfrentar espaços que ela não conhece tanto”. Cabe salientar que a inexistência desses espaços é elemento limitador das possibilidades infantis tanto do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo quanto motor, pois a falta de espaço para movimentação livre das crianças impede o desenvolvimento da tonicidade muscular e postural, às quais Wallon atribui grande importância no desenvolver infantil (HORN, 2004). Esse documento, visando fomentar a discussão da qualidade desse espaço externo, trouxe considerações que causaram surpresa por se tratar de uma produção do próprio governo federal. Segue o trecho em questão:

Entretanto, é comum encontrar, em muitas instituições, áreas externas precárias, com mato alto e equipamentos quebrados. Em alguns casos é negado aos bebês o direito de brincar nessas áreas, pela falta de pisos adequados para engatinhar ou um canto com sombra. São áreas que constam apenas nos projetos, mas que não receberam a devida atenção, revelando-se impróprias para o uso cotidiano pelas crianças.

[...]

A falta de manutenção, o descuido de alguns serviços por parte das políticas públicas e a depredação são fatores que cerceiam o direito das

crianças brinquem nas áreas externas: os balanços com frequência estão quebrados, faltam peças nas gangorras, as caixas de areia muitas vezes não estão higienizadas adequadamente, tornando-se focos de doenças, há lixo amontoado e faltam os cuidados mínimos para receber as crianças. (BRASIL, 2012, p.32).

É a primeira vez que se tem uma publicação que, indo além da sugestão ou determinação do ideal, expõe a realidade da maioria das instituições que ainda se encontram em condições precárias e estão longe tanto de ampliar as possibilidades quanto de oferecer segurança às crianças pequenas. De certa forma, o documento admite o cerceamento do direito das crianças. Gonçalves (1999) esclarece em que medida os espaços aparecem como entrave à garantia do direito à educação e estabelece que “a degradação e empobrecimento dos espaços físicos escolares constituiu-se em mais um elemento excludente e desqualificador da educação” (GONÇALVES, 1999, p.47).

Esses dados, aliados ao fato de que cada vez mais crianças de 0 a 5 anos devem estar inseridas na Educação Básica, estão associados a um conjunto de orientações que sublinham a necessária adequação dos espaços escolares. Através dessa breve análise, pode-se ver a necessidade da reorganização pedagógica das escolas de Educação Infantil. De certa forma, o documento *Brinquedos e Brincadeiras nas creches – manual de orientação pedagógica* (BRASIL, 2012) evidencia a ineficácia dos setores responsáveis pela promoção de mudanças efetivas nas condições de funcionamento das instituições.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi visto, devido às particularidades próprias das crianças de 0 a 5 anos, a inserção das mesmas na Educação Infantil implica reformas na infraestrutura do ambiente escolar. Os espaços precisam ser preparados/adequados ao ingresso e permanência dessas crianças, mas, sobretudo, devem propiciar a exploração de novas possibilidades de conhecimento de si e do meio, desafiando e garantindo liberdade, espaços para brincar e novas aprendizagens.

A documentação oficial é rica no que diz respeito a determinações objetivas sobre parâmetros para a construção e adequação das instituições, de modo a

atender as necessidades pedagógicas e físicas das crianças. Os documentos determinam medidas para as salas de aula, mobiliário para área interna e externa e até mesmo sugere brinquedos e outros materiais para ampliar a exploração, que é tão importante para as crianças menores. É preciso questionar o que causa essa distância entre o que a lei preconiza e a situação das instituições. Quanto a isso, o próprio MEC responde:

As respostas nem sempre são fáceis e dependem de fatores que incluem concepções sobre educação e a criança, valorização da brincadeira no currículo, além de questões relativas ao orçamento, entre outras, que mobilizam o direcionamento das políticas públicas. (BRASIL, 2012, p. 32).

Há, portanto, um hiato entre o que a lei recomenda e o que realmente tem acontecido nas instituições escolares. Portanto, apesar da determinação legal de modificações na escola, a própria esfera governamental não oferece subsídios/recursos para que a política pública seja implementada conforme orientado nos documentos oficiais. Faz-se necessário dentro dessa realidade pesquisas que busquem verificar e compreender se e de que modo está acontecendo a reestruturação físicas nas instituições de Educação Infantil e quais são os reflexos dessas mudanças.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996

\_\_\_\_\_. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil. Vol. 2**. Brasília: MEC, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b, 3v.

\_\_\_\_\_. Resolução CEB 1/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de abril de 1999. Seção 1, p. 18.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para Educação Infantil**. Brasília: MEC fevereiro de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.094, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007a.

\_\_\_\_\_. Resolução/ CD/ FNDE /N.º 029, de 20 de Junho de 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jun. 2007b.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** .Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Organização do espaço físico, dos brinquedos, e materiais para bebês e crianças pequenas**: manual de orientação pedagógica: modulo 4. Brasília: MEC/SEB, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25/6/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Lei nº 12.796**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 abr. 2014.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. O espaço e o tempo na Educação Infantil. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, n. 43, p. 169-180, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>. Acessado em: 10 mai. 2014

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura escolar como materialidade do direito desigual à educação. **Ponto de Vista**, v. 1, n. 1, p-47-57, julho/dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista\\_01/08\\_goncalves.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_01/08_goncalves.pdf)>. Acessado em: 10 jun. 2014

GUIMARÃES, D. O. Educação Infantil: espaços e experiências. In. **O cotidiano na educação infantil**. TV Escola/Salto para o futuro. p.68-77, [s.d.] Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175810Cotidiano.pdf> > Acesso em: 12 mai 2013.

HORN, M. G. S. A solidária parceria entre espaço e educador. In. HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p.13-21

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U, 1986.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Estrutura e funcionamento de instituições de Educação Infantil. In: BRASIL. MEC. SEF. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.** Vol. 2 Brasília: MEC, 1998.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço escolar: um elemento (in) visível no currículo. **Sitientibus.** Feira de Santana, n. 31, p. 103-118, jul./dez, 2004. Disponível em: <[http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco\\_escolar.pdf](http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco_escolar.pdf)>. Acessado em: 25 mai. 2010.